**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 10.09.2020

Texto capturado em: www.mpmg.mp.br Acesso em: 10.09.2020

ATO CGMP Nº 7, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a designação de membros vitalícios do Ministério Público do Estado de Minas Gerais como orientadores de Promotores de Justiça em estágio probatório.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram outorgadas pelo art. 39, incisos V, XXIV e XXVII, e pelo art. 170, ambos da Lei Complementar estadual n.º 34, de 12 de setembro de 1994,

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral é órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO que cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO que compete ao Corregedor-Geral designar membro do Ministério Público para acompanhamento e avaliação individual de estágio probatório dos Promotores de Justiça,

DELIBERA:

Art. 1º O Corregedor-Geral designará, no mínimo, um Procurador de Justiça e um Promotor de Justiça de entrância especial para acompanhamento individual do estágio probatório (art. 170 da LC n.º 34/1994).

§ 1º A função do orientador consiste no aconselhamento do Promotor de Justiça em estágio probatório, sem caráter vinculativo e respeitada a independência funcional, sobre questões de natureza pessoal, funcional ou institucional que lhe forem apresentadas, de modo a contribuir para o exercício e o aperfeiçoamento do trabalho ministerial.

§ 2º A relação dos orientandos e dos respectivos orientadores será publicada no diário oficial tão logo cumpridos os termos do edital ou efetuado o sorteio a que se referem, respectivamente, os arts. 3.º e 5.º deste Ato.

§ 3º Para os fins do “caput” deste artigo, tão logo haja a designação no diário oficial, o Promotor de Justiça em estágio probatório manterá contato com os membros designados para o respectivo acompanhamento e informará à Corregedoria-Geral a realização dessa primeira comunicação.

§ 4º Sempre que necessário, o Promotor de Justiça em estágio probatório deverá se dirigir ao membro designado para solicitar-lhe o devido aconselhamento que, com arrimo em sua independência funcional, poderá ser acolhido ou não.

§ 5º A cada trimestre de atuação do Promotor de Justiça em estágio probatório, a Corregedoria-Geral dará ciência dos procedimentos de análise dos respectivos relatórios trimestrais de atividades aos membros designados para o acompanhamento.

Art. 2º Ficam isentos dessa atribuição os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça que ocupam cargos de confiança nos Órgãos de Assessoramento da Procuradoria-Geral de Justiça e na Corregedoria-Geral do Ministério Público e os que integram o Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 3º Durante o curso de ingresso na carreira, a Corregedoria-Geral publicará edital de chamamento de membros que preencham os requisitos previstos no art. 1º deste Ato para inscrição no cadastro de orientadores dos Promotores de Justiça em estágio probatório.

§ 1º Ao se inscrever no edital de chamamento, o membro do Ministério Público interessado no acompanhamento dos Promotores de Justiça em estágio probatório deverá indicar a área de atuação ministerial em que pretende exercer a orientação.

§ 2º Ao término do acompanhamento, a atuação como orientador de Promotor de Justiça em estágio probatório será registrada na ficha funcional.

Art. 4º Ao designar membro orientador a partir do edital a que se refere o art. 3º deste Ato, a Corregedoria-Geral providenciará que o acompanhamento abarque todas as áreas de atuação do Ministério Público, indicando, para cada Promotor de Justiça em estágio probatório, um membro com atuação na área penal e outro na área extrapenal.

Art. 5º Caso o número de membros inscritos no edital a que se refere o art. 3º deste Ato não seja suficiente para o acompanhamento individual de cada Promotor de Justiça em estágio probatório, a Corregedoria-Geral designará outros membros, mediante sorteio.

Parágrafo único. Será garantida a necessária rotatividade dos membros do Ministério Público designados por sorteio para orientar os Promotores de Justiça em estágio probatório.

Art. 6º Revogam-se os artigos 165 a 167 do Ato CGMP n.º 1/2020.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 9 de setembro de 2020.
LUCIANO FRANÇA DA SILVEIRA JÚNIOR
Corregedor-Geral do Ministério Público